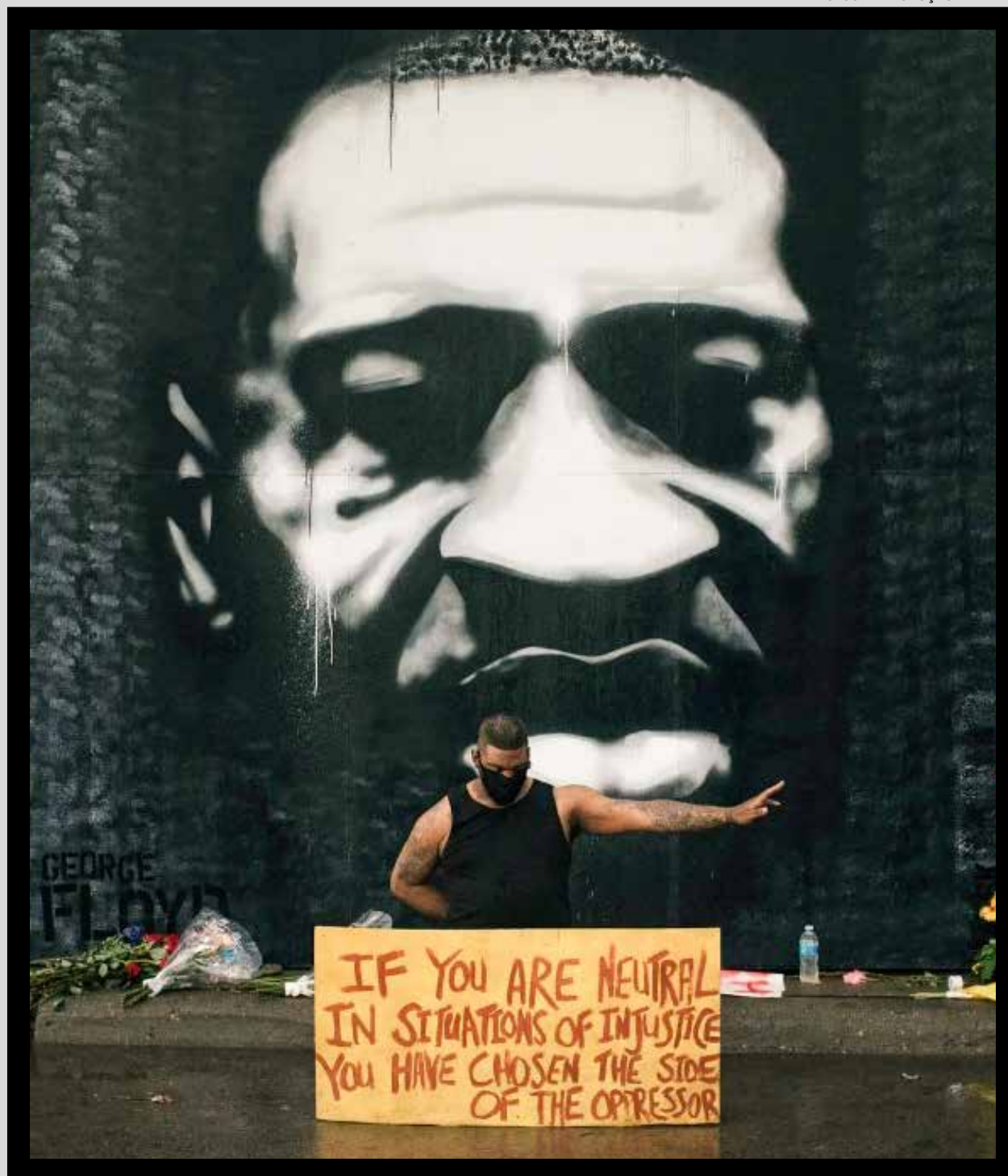


APROVADA RESOLUÇÃO SOBRE TRABALHO REMOTO

Página 6

FOTOS: REPRODUÇÃO INTERNET



“SE VOCÊ É NEUTRO EM
SITUAÇÕES DE INJUSTIÇA
VOCÊ ESCOLHEU O
LADO DO OPRESSOR”

JOÃO
PEDRO
MATTOS
PINTO
14 ANOS



MIGUEL
OTÁVIO
SANTANA
DA SILVA
5 ANOS

EDITORIAL

EM DEFESA DA VIDA, EM DEFESA DA DEMOCRACIA: VIDAS NEGRAS IMPORTAM!

DIRETORIA

O jornal dessa semana tenta dar conta de um cenário dos mais complexos, seja na universidade, seja fora dela! Tomados pelas divergências sobre os procedimentos a serem tomados durante o período de distanciamento social, buscamos construir, apesar do quadro tão adverso, a unidade necessária para que a universidade possa dar as respostas que o momento nos exige.

A última escalada de manifestações explicitamente autoritárias e intimidatórias por parte da presidência da República e de seu gabinete do ódio também foi respondida com ampla movimentação política que começa a esboçar uma ação mais coordenada frente às ameaças ao que nos resta de vida democrática. Manifestos e manifestações de diversos matizes que clamam por unidade das forças de oposição indicam que ainda há muita água para correr por baixo dessa ponte. Pode ser muito cedo para comemorarmos, pois são muitas as dissensões, várias as polêmicas e tantos os descontentamentos. Entretanto, a entrada em cena de uma ampla consciência antifascista por si só já é sinal de que saímos da letargia e complacência que parecia ter se instalado em nossas instituições e partidos políticos. A tolerância não pode ser confundida com a inação ou o silenciamento.

Nos Estados Unidos, após quase quatro anos de um massacrante governo de Donald Trump, o sinal de alerta já foi dado. A morte de George Floyd ultrapassou todos os limites suportáveis, seu último apelo pela vida, ao ser sufocado pelo coturno de um policial branco, jogou a tensão racial para os mais altos patamares

Tomados pelas divergências sobre os procedimentos a serem tomados durante o período de distanciamento social, buscamos construir, apesar do quadro tão adverso, a unidade necessária para que a universidade possa dar as respostas que o momento nos exige.

A superação da gigantesca desigualdade brasileira e desse nosso violento racismo precisam estar no centro da pauta de toda e qualquer luta pela democracia. Ou então, não será democracia.

das últimas décadas. A pergunta que todos nós fazemos é: como um policial tem a segurança de pisar em um homem até matá-lo, sem que as inúmeras câmeras de celulares que filmaram a cena o intimidassem? A foto de sua arrogância correu o mundo. Talvez seja como a histórica foto de Kim Phú, tirada em 8 de junho de 1972. A menina, que tinha apenas 9 anos, corria nua com o corpo tomado pelas queimaduras das bombas Napalm que os EUA despejavam covardemente durante a guerra do Vietnam. São imagens que possuem força para despertar uma revolta há muito latente. Os últimos dias de protesto funcionaram como um rastilho de pólvora que se espalhou, não só pelas cidades norte-americanas, mas em diversas capitais do mundo, e pode vir ser a centelha necessária para que o grito de horror contra todas as formas de racismo e de opressão ganhe a forma e a força necessárias para transformar o quadro mundial, onde o discurso de ódio, a xenofobia, a intolerância estão ganhando terreno dia a dia.

Difícil manter a esperança? Marshal Berman, no seu prefácio ao clássico livro Tudo que é sólido desmancha no ar, relembra Ivan Karamázov, quando disse “que acima de tudo o mais, a morte de uma criança lhe dá ganas de devolver ao universo o seu bilhete de entrada. Mas ele não o faz. Ele continua a lutar e a amar; ele continua a continuar”. É por isso que estamos aqui. E por isso a nossa homenagem ao sorriso que perdemos do João Pedro e do Miguel. A superação da gigantesca desigualdade brasileira e desse nosso violento racismo precisam estar no centro da pauta de toda e qualquer luta pela democracia. Ou então, não será democracia.



OBITUÁRIO

CARLOS LESSA
★1936 †2020

■ A Covid-19 levou mais um dos grandes da História da UFRJ. Morreu hoje o professor Emérito do Instituto de Economia e ex-reitor da universidade Carlos Lessa, vítima de uma pneumonia causada pelo novo coronavírus. Lessa era uma referência no pensamento econômico desenvolvimentista brasileiro. Eleito reitor em 2002, deixou o cargo em 2003 para assumir um desafio ainda maior, a presidência do BNDES. Em sua passagem pelo banco, defendeu com vigor seu pensamento econômico de que o Estado deve ter um papel importante como motor da economia do país. Criador do bloco Minerva Assanhada, era um intelectual apaixonado pelo Rio de Janeiro. Trabalhou pela restauração de prédios históricos no Centro da cidade e escreveu o livro “O Rio de todos os brasis”, uma análise profunda da história da cidade. Sua influência na história da universidade e do pensamento econômico brasileiro não podem ser medidos em um breve obituário. “Meu amado pai foi hoje às 5h da manhã descansar. A tristeza é enorme. Seu último ano de vida foi de muito sofrimento e provação”, publicou seu filho, Rodrigo Lessa, em uma rede social. “O legado que ele deixou não foi pequeno. Foi um exemplo de amor incondicional pelo Brasil, coerência e honestidade intelectual, espírito público, um professor como poucos e uma alma generosa que sempre ajudou a todos que podia quando estava a seu alcance, um grande amigo.” A UFRJ decretou luto oficial de três dias pela perda do ex-reitor.

FELIPE ROSA



IMAGEM DA SEMANA

EM MEIO À PANDEMIA, FREQUENTADORES DE FESTA ESPANCAM QUEM RECLAMOU DO BARULHO

■ O professor Felipe Rosa, diretor da AdUFRJ, foi um dos primeiros a prestar socorro à médica Ticyana D’Azambuja, espancada por frequentadores de uma festa no Grajaú, no sábado (30). Para Felipe, o episódio é absurdo. “Está todo mundo em casa para se proteger e proteger os outros do vírus. E esse grupo fica não só se aglomerando, mas se achando no direito de incomodar todo mundo”. A situação despertou no bairro o sentimento de coletividade, que se traduziu em uma manifestação, no dia 3.

CEPG aprova reinício da pós e discute novo calendário

> Documento votado no colegiado, dia 29 de maio, possibilita que programas realizem atividades remotas e abram novas turmas de pós-graduação. Agora, conselho discute calendário acadêmico

SILVANA SÁ
silvana@adufjr.org.br

O Conselho de Ensino para Graduados (CEPG) se debruça há três sessões sobre quando e como retomar as aulas da pós-graduação. Depois de aprovar a Resolução 05/2020, que permite aos programas de pós-graduação darem aulas ou outras atividades acadêmicas de forma remota, o colegiado agora discute um novo calendário acadêmico. A proposta foi apresentada neste dia 5 de junho e deve ser fechada na próxima sessão, prevista para o dia 12. O calendário prevê diferentes datas de início e fim dos períodos letivos, a depender do formato do programa: semestral, trimestral ou bimestral.

Para programas semestrais, o primeiro período de 2020 se estenderá de 3 de agosto a 14 de novembro; o segundo período, de 30 de novembro a 27 de março de 2021. Programas trimestrais, que têm, em geral, cargas horárias maiores, precisarão iniciar mais cedo o primeiro período de 2020: em 6 de julho, com término previsto para 3 de outubro. O segundo período acontecerá de 13 de outubro a 16 de janeiro de 2021. A proposta sugere que o terceiro período aconteça em concomitância com os cursos de verão promovidos por esses programas: de 1º de fevereiro a 24 de abril de 2021.

Já os bimestrais, que possuem, portanto, quatro períodos dentro do ano letivo, teriam a seguinte divisão: 2020.1 iniciaria em 3 de agosto, com término em 19 de setembro; 2020.2 seria realizado entre 28 de setembro e 19 de novembro; 2020.3, entre 30 de novembro e 30 janeiro; o último bimestre ficou previsto para 08 de fevereiro a 1º de abril de 2021. Pelo planejamento apresentado, o calendário da pós-graduação deve ser normalizado a partir de março 2022.

De acordo com a resolução aprovada no dia 29, cada programa terá liberdade para decidir quais serão essas atividades iniciadas nas datas sugeridas pelo calendário, incluindo a abertura de novas turmas. Também fica a cargo dos programas definirem se realizarão avaliações a distância ou presenciais, após a pandemia. Os estudantes podem cancelar disciplinas em qualquer tempo, durante o



BANCO DE IMAGENS

período de excepcionalidade. Ficou determinado que nenhum aluno pode ser penalizado por não aderir a atividades remotas.

A proposta de datas foi bem aceita pelos conselheiros, mesmo por aqueles que discordavam da retomada das aulas de forma remota – a aprovação da resolução, na semana anterior, não foi unânime. A professora Fátima Grave Ortiz, do CFCH, que votou contra a retomada das atividades na sessão passada, parabenizou o trabalho do GT. “É algo muito difícil e cansativo elaborar um calendário com tantas variáveis. Sou favorável ao modo como foi apresentado”, disse. “Acredito que um retorno em agosto, como é o caso do meu programa, dá tempo para todos nos prepararmos, para os alunos serem atendidos em suas necessidades, para não deixarmos ninguém para trás”.

“Todo mundo reconhece que é fundamental termos um calendário, mas sabemos que vamos votar por aulas remotas por pelo menos um semestre”, ponderou o professor Fabrício Leal de Oliveira, do CCJE. “Qualquer aluno nosso que se deslocar para o campus vai ser contaminado no transporte superlotado. Precisamos, então, saber como está o apoio da UFRJ para os alunos que não têm meios de acompanhar as aulas remotas. Estamos aprovando um calendário para alunos que podem acompanhar aulas a distância. Precisamos ter uma solução para aqueles que não podem”, defendeu o professor.

Kimely Toledo, da Associação

de Pós-Graduandos e integrante do GT do CEPG, reforçou que os alunos não podem ser penalizados, caso não realizem as atividades a distância, e defendeu que um calendário dá possibilidade a estudantes, professores e técnicos se planejarem, assim como ajuda com que a universidade tenha um prazo para suprir a necessidade dos alunos mais vulneráveis. “Não cabe ao GT pressionar a universidade sobre esta questão, mas, certamente, permite um norte, um prazo, uma data-limite para que os problemas sejam solucionados para todos”. A APG também foi crítica à resolução de volta às aulas.

COORDENADORES DEFENDEM RETORNO

Ao longo da semana, coordenadores de programas de pós-graduação criaram um manifesto defendendo o retorno das atividades para o segmento. A carta é assinada até o momento por 70 coordenadores dos 132 programas existentes na universidade. O documento afirma a importância da decisão do CEPG e expõe preocupação “com as demandas de discentes, que responderam em grande maioria positivamente ao início das aulas remotas, e do enorme interesse de docentes em dialogar e trabalhar, em conjunto, para a manutenção de conteúdos remotos de forma democrática”, diz trecho.

A professora Silvana Allodi, do Instituto de Biofísica, é uma das proponentes da carta. Ela coordena a área de Pós-graduação e Pesquisa do Centro

de Ciências da Saúde. Sob sua responsabilidade, estão os 39 programas do CCS. Mais da metade se posicionou formalmente pela retomada das atividades. “A pós-graduação não parou neste período da pandemia. As aulas presenciais foram suspensas, mas as reuniões com orientadores continuam acontecendo, mesmo remotamente. As pesquisas seguem sendo realizadas, defesas, experimentos, seminários”, argumenta.

A abertura de novas turmas foi um dos pontos de polêmica da resolução aprovada no dia 29. O professor Bruno Diaz, representante do CCS, argumentou que abrir novas turmas permite a recomposição do calendário. Relator da resolução aprovada, o docente sustentou que o documento não interrompe “o processo de discussão” sobre reposição de conteúdos presenciais pelo calendário futuro. “Ela é uma resolução para resolver o calendário atual. Não se relaciona com cenários futuros”.

Em posição contrária argumentou a professora Hebe Signorini Gonçalves, do CFCH. “Entendo que a Resolução 05/2020, antecipando a análise detida do cenário de dificuldades, antecipando a própria definição do que seja atividade remota, e abrindo o calendário da pós-graduação para que disciplinas sejam registradas a qualquer tempo, carrega um potencial conflito entre os calendários dos diversos programas e entre os calendários da graduação e da pós-graduação”.

A polêmica do calendário foi

levada ao Conselho Universitário, do dia 2, pelo conselheiro Igor Alves Pinto, da APG, e levou a reitora Denise Pires de Carvalho a se manifestar. “O calendário não está suspenso. Se estivesse, não teríamos colado grau de quase 200 engenheiros, mais de 70 médicos. Nós temos uma nota da reitoria que diz que as atividades presenciais estão suspensas, não o calendário”, argumentou a reitora. Ela assegurou que todos os estudantes terão seus direitos garantidos. “Não deixaremos ninguém para trás”.

Para o professor Nelson Braga, coordenador do programa de Física, a resolução expressa uma solução acertada da universidade, mas considera que o diálogo deve ser fortalecido. “Nosso interesse, como coordenadores, é justamente encontrar os melhores caminhos para que a formação de nossos alunos não seja prejudicada pela pandemia”, argumenta o docente.

Henrique Cairus, representante do CLA no colegiado, considera que o CEPG agiu numa perspectiva de “redução de danos”. “Não é o melhor, evidentemente: é o que as circunstâncias nos permitem em caráter imediato e emergencial”, defende o professor. O resultado final, acredita, expressa o compromisso de contemplar “a maior parte dos problemas apontados durante a reunião” do CEPG. “Uma reunião, sem dúvida, já prejudicada pelo fato de não ter sido presencial. Ela própria é uma boa amostra do que se perde nas atividades remotas”, reconhece.

**FASCISMO
RACISMO**

Dos Estados Unidos ao Brasil, ventos antirracistas, antifascistas e democráticos começam a soprar e a devolver a esperança de tempos melhores. Professores da UFRJ e lideranças políticas analisam a conjuntura nacional e internacional pela lente dos protestos que movimentaram as redes e ruas nas últimas semanas

VIDAS NEGRAS IMPORTAM

LUCAS ABREU
lucas@adufrrj.org.br

O assassinato de George Floyd em uma ação policial em Minneapolis detonou uma vigorosa onda de protestos nas ruas dos Estados Unidos e colocou uma pergunta fundamental sobre a mesa de ativistas e cientistas sociais brasileiros: por que aqui, onde a brutalidade sofrida pelo povo preto é muito maior, as mobilizações contra o racismo não têm a mesma intensidade? Pesquisadores e ativistas da UFRJ explicam que a resposta tem raízes na história da escravidão de cada um dos países, atravessa a formação cultural e ideológica de americanos e brasileiros e perpassa a estrutura do movimento negro de lá e daqui.

“Nos EUA, houve um projeto de emancipação através do capitalismo, fortalecido pelas comunidades protestantes negras”, explica Fernanda Barros Santos, historiadora e professora de Ciência Política do Nepp-DH.

A docente lembra que os dois países experimentaram a escravidão, mas lá a articulação da comunidade negra com um projeto de ascensão social começou antes. “A formação dessas comunidades permitiu que os negros tivessem acesso à educação, sobretudo nos estados do norte, e até construísem universidades, como Howard”. Já no Brasil, a abolição foi seguida de um projeto de abertura para a chegada de imigrantes europeus, que eram tratados como mão de obra mais qualificada que os trabalhadores de origem

africana – embora não fossem.

A segregação também teve seu papel na construção da consciência negra dos norte-americanos. “No século XIX, o racismo científico era muito forte nos EUA, e foi a base de uma classificação hierárquica das raças”, conta a professora. Lá valia a regra de “uma gota de sangue” – qualquer pessoa com ascendência negra seria considerada negra, modelo que embasou as leis segregacionistas que perduraram até 1965.

Já no Brasil vigorou o mito de que a miscigenação diminuiria os conflitos raciais. Essa lógica funda uma falsa ideia de democracia racial, “como se a mistura biológica e ideológica acabasse com a ideia de raça, mas na verdade o que houve foi um massacre cultural”, interpreta Fernanda Barros Santos. “O antagonismo e o racismo bem desenhado nos EUA, não permite um racismo velado, mas um conflito aberto”.

MOVIMENTO NEGRO

Esse mito de democracia racial desarticulou por muito tempo os movimentos negros brasileiros. “Mas há também um apagamento da história de luta dos negros no Brasil. A resistência não é falada, mas escanteada, e ainda existe um resquício da ideia de que essa sociedade não é racista”, explica a pesquisadora. Essa fissura na identidade, o racismo velado e o ocultamento da história da escravidão retardaram o surgimento de uma consciência negra aqui. Não à toa sabemos mais sobre a história de Martin Luther King – que era um intelectual e um líder religioso – do que sobre figuras negras brasileiras com histórico de luta semelhante.

A professora admite não ter dados para uma análise mais



JOÃO PEDRO E MIGUEL, vítimas da violência e do descaso

profunda que explique o tamanho das manifestações nos EUA, mas acredita que há uma conjunção de fatores, como o ressurgimento de movimentos racistas, sustentados por uma postura abertamente racista do presidente Trump, e a pandemia, que traz uma nova experiência de racismo, já que a Covid-19 é mais letal para as comunidades negras estadunidenses. “Essa conjuntura expôs que as condições são as mesmas. Essa ideia da letalidade do corpo negro em qualquer território que ele está alocado”, analisa.

ONDA CHEGAAO BRASIL

Os protestos americanos reverberaram no Brasil. No último domingo, coletivos negros foram para a porta do Palácio Guanabara. O estopim foi a morte do menino João Pedro Mattos, assassinado dentro de casa por policiais militares. “Houve também um forte chamamento do movimento negro americano, embora a gente saiba que nosso movimento não consegue ser tão coeso quanto o deles”, comparou Artur Miranda Sampaio, um dos coordenadores nacionais do coletivo Enegreecer.

Não foi só o assassinato de João Pedro que motivou o ato, mas também a escalada da vio-

lência policial. Durante os meses de março e abril, a letalidade policial no Rio aumentou em 19% em comparação ao mesmo período do ano passado. E as operações policiais em favelas não pararam. “As pessoas estão em casa e são pegadas de surpresa pela operação”, explicou Sampaio. Para ela, a barreira de classes também cria um isolamento, já que as classes média e alta são majoritariamente formadas por pessoas brancas. “Há uma imaginação estereotipada que não identifica na população negra a legitimidade dos seus desejos, dos seus embates, das suas formas de vida, e que tem origem no não reconhecimento por séculos da sua humanidade”.

PRETOS E BRANCOS

Nos Estados Unidos, as manifestações estão recebendo o apoio dos brancos, o que é considerado positivo estrategicamente, tanto em adesão numérica quanto em proteção da comunidade negra. “Primeiro, porque isso diminui a violência policial. Os pretos estão mais expostos às agressões físicas. Segundo, por uma questão de visibilidade. Infelizmente um ato político para ser válido nas grandes mídias

precisa de um acesso à classe média, que é majoritariamente branca”, concluiu Sampaio.

Liv Sovik, professora da Escola de Comunicação da UFRJ, pesquisadora das relações raciais brasileiras, nascida na Suíça e criada nos Estados Unidos, acha que há uma espécie de inércia entre os brancos brasileiros quando se trata de engajamento nas mobilizações contra o racismo. “O branco brasileiro tem dificuldade de entender que faz parte da nacionalidade ser negro. E há uma série de jogos discursivos que enfraquecem o ato da militância negra”, analisa.

Para ela, a barreira de classes também cria um isolamento, já que as classes média e alta são majoritariamente formadas por pessoas brancas. “Há uma imaginação estereotipada que não identifica na população negra a legitimidade dos seus desejos, dos seus embates, das suas formas de vida, e que tem origem no não reconhecimento por séculos da sua humanidade”.

Na avaliação da pesquisadora, as pessoas brancas precisam ser antirracistas para romper com o racismo estrutural. “O que afasta a gente da luta negra é que continuamos repetindo os processos que submetem as pessoas negras à humilhação. É necessário ser antirracista para quebrar a forma como somos racistas”, defende a professora, para quem é preciso também alguma ação que vá além do autorreconhecimento enquanto racista. “Se culpar por ser racista tem que passar rápido, porque essa história de 400 anos de opressão não vai ser resolvida por atos de penitência. A consciência antirracista é uma espécie de autocura, e sem isso a gente nunca vai dar a volta. É preciso manter a cabeça aberta”.

JUNTOS E SEPARADOS

ELISA MONTEIRO
elisamonteiro@adufrrj.org.br

O s protestos contra o racismo nos Estados Unidos potencializaram ações antifascistas e antipolícia. E que agora recebem ver sucumbir a um processo autoritário”. Lançado no sábado, 30, o manifesto #EstamosJuntos” cobrou de líderes “afinco e dignidade” diante da “devastadora crise sanitária, política e econômica que atravessa o país”. As assinaturas digitais alcançaram 280 mil adesões em poucos dias. Entre os apoiadores, um amplo espectro, desde o ex-presidente-candidato petista Fernando Haddad até a atriz Fernanda Montenegro, o youtuber Felipe Neto, a ex-deputada Manuela D’Ávila, a acionista do Itaú Maria Alice Setúbal, o ex-presidente Fernando Henrique e o governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB).

“Esses manifestos não podem ser chamados exatamente de antifascistas. São manifestos pela democracia”, analisa o professor Josué Medeiros, do Departamento de Ciência Política da UFRJ. “Não há dúvida, no entanto, de que a resistência de esquerda ganhou corpo recentemente com pautas antirracistas e antifascistas, mas não foi essa agenda que juntou os signatários dos manifestos. Eles são muito mais contra Bolsonaro do que a favor de uma determinada agenda concreta. Se apresentarmos uma pauta econômica ou de direitos civis, esse grupo se desfaz”, completa o docente, especializado em estudos sobre a política brasileira contemporânea.

Na avaliação do professor Ivo Coser, também da Ciência Política, o respeito ao Estado de Direito é o ponto de interseção entre os signatários dos manifestos. “Não sabemos ainda o significado desses movimentos. Há dúvidas sobre o que pode ser acordado. Mas a plataforma principal são as garantias da Constituição de 1988”, avalia. “De alguma forma, são todos setores que foram beneficiados pelo estado democrático de

direito. E que agora recebem ver sucumbir a um processo autoritário”.

Lançado no sábado, 30, o manifesto #EstamosJuntos” cobrou de líderes “afinco e dignidade” diante da “devastadora crise sanitária, política e econômica que atravessa o país”. As assinaturas digitais alcançaram 280 mil adesões em poucos dias. Entre os apoiadores, um amplo espectro, desde o ex-presidente-candidato petista Fernando Haddad até a atriz Fernanda Montenegro, o youtuber Felipe Neto, a ex-deputada Manuela D’Ávila, a acionista do Itaú Maria Alice Setúbal, o ex-presidente Fernando Henrique e o governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB).

“Esses manifestos não podem ser chamados exatamente de antifascistas. São manifestos pela democracia”, analisa o professor Josué Medeiros, do Departamento de Ciência Política da UFRJ. “Não há dúvida, no entanto, de que a resistência de esquerda ganhou corpo recentemente com pautas antirracistas e antifascistas, mas não foi essa agenda que juntou os signatários dos manifestos. Eles são muito mais contra Bolsonaro do que a favor de uma determinada agenda concreta. Se apresentarmos uma pauta econômica ou de direitos civis, esse grupo se desfaz”, completa o docente, especializado em estudos sobre a política brasileira contemporânea.

Na avaliação do professor Ivo Coser, também da Ciência Política, o respeito ao Estado de Direito é o ponto de interseção entre os signatários dos manifestos. “Não sabemos ainda o significado desses movimentos. Há dúvidas sobre o que pode ser acordado. Mas a plataforma principal são as garantias da Constituição de 1988”, avalia. “De alguma forma, são todos setores que foram beneficiados pelo estado democrático de

direito. E que agora recebem ver sucumbir a um processo autoritário”.

Datafolha, publicada dia 28, que indicou que praticamente 70% da população consideram o governo Bolsonaro ruim, péssimo ou regular. Nomes como o do deputado Marcelo Freixo (PSOL-RJ), da deputada Jadira Feghali (PCdoB-RJ) e da apresentadora Xuxa assinam o documento.

Para o historiador Michel Gherman, são positivas as manifestações da sociedade civil contra o autoritarismo. Ele critica a posição do ex-presidente Lula que, em reunião do Diretório Nacional do PT, ponderou e pediu que os petistas refletissem antes de assinar manifestos que não explicitam o resgate dos direitos perdidos dos trabalhadores. Lula também criticou a aliança com lideranças que, direta ou indiretamente, colaboraram para a eleição de Bolsonaro, reforçando o antipetismo e o mesmo apoiando o golpe contra o ex-presidente Dilma.

“A esquerda brasileira tem uma dificuldade histórica com a frente ampla desde o apoio de Prestes a Vargas, apesar do envio de Olga (Benário) aos nazistas. O próprio PT demorou o processo da Constituição de 1988. Falta a Lula um pouco mais de Prestes”, analisou Gherman.

Já a professora de Ciência Política, Mayra Goulart, é mais cética em relação às movimentações. “Bolsonaro adota uma linguagem intransigente do livre mercado, assim ele encontra uma blindagem contra instabilidades políticas. Principalmente, do mercado financeiro”, argumenta a pesquisadora do IFCS.



“A HISTÓRIA ESTÁ SENDO ESCRITA AGORA”

LIZ MOTA ALMEIDA
luzmota@adufrrj.org.br

O pensamento fascista reconhece apenas uma forma de ver o mundo, que é a forma da supremacia, que acredita que só existe um povo, um saber”, explica a professora Maria Paula Araújo, do Instituto de História da UFRJ. A docente tem dedicado os dias de quarentena para refletir sobre o surgimento de traços fascistas — ou seja, autoritários e ultranacionalistas — na realidade brasileira contemporânea. “Há características fascistas no governo Bolsonaro e num grupo de apoiadores, mas ainda não alcançaram a máquina estatal. Ainda bem”, completou.

“A chama atenção para a importância de distinguir as etapas do fascismo: existe um momento antes da tomada do poder, como movimento de massa social, e outro quando o fascismo se torna o Estado. “Não é exatamente isso que estamos vivendo”, explicou.

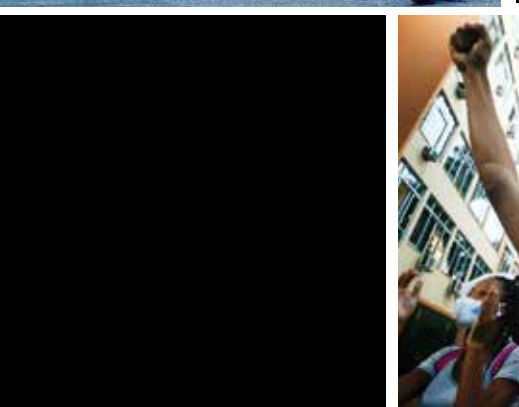
Nessa segunda etapa na direção do abismo fascista há um ingrediente tristemente fundamental – o massacre da pluralidade. Este é um ponto-chave para compreender as estratégias fascistas dos apoiadores de Bolsonaro que não toleram a divergência – nem de ideias nem cultural. A professora cita o exemplo de

frases do ministro da Educação, Abraham Weintraub, que por diversas vezes declarou odiar os termos “povos indígenas” e “povo cigano” e insistiu que só há “um povo nesse país”. “Isso tem teor nazista. Os nazistas diziam que só existia um povo, que era ariano”, lembrou. “Na Constituição, realmente somos uma só nação. Mas temos uma diversidade cultural muito grande, o Brasil é formado de povos, saberes e línguas diferentes”, completou.

Maria Paula ressalta que a população mais vulnerável é também a maior vítima das investidas fascistas, sempre muito violentas. “A população pobre é o alvo, e o governo já deu provas de um profundo desprezo por negros, indígenas e mulheres”.

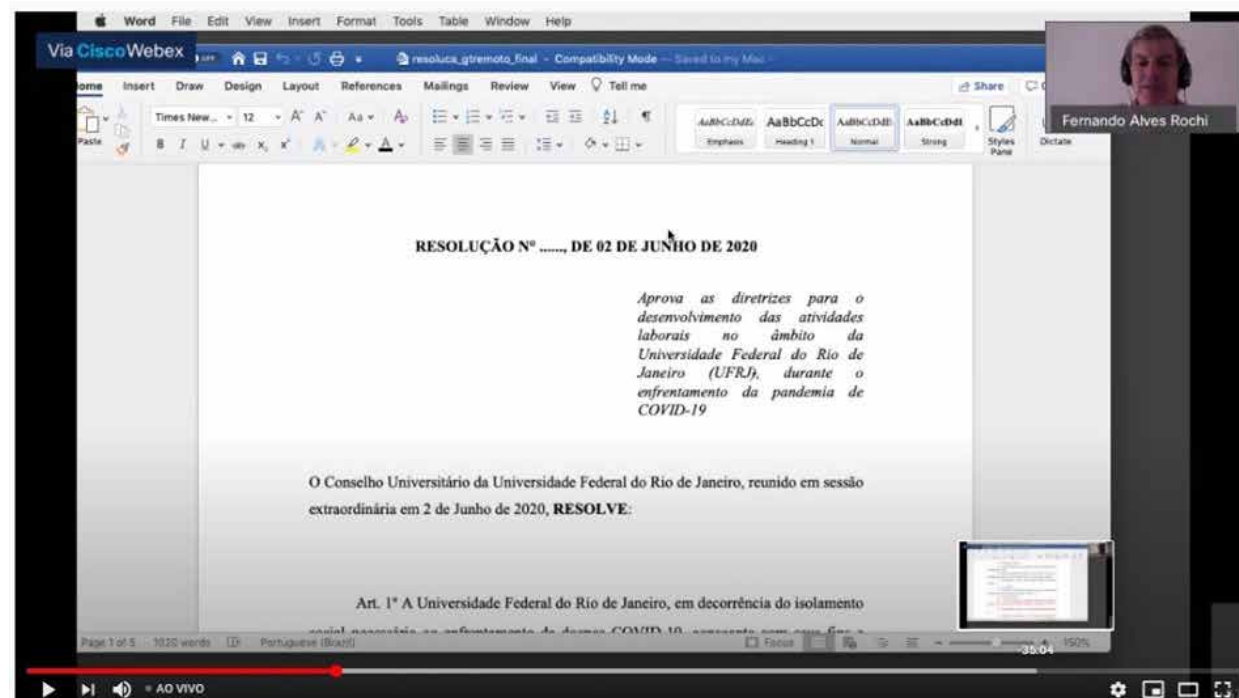
Para frear esse processo, é necessário posicionamento, avalia o professor Francisco Carlos Teixeira. As manifestações antifascistas nas redes sociais, na última semana, chamaram atenção e geraram debates sobre um possível esvaziamento do termo. “É muito melhor que todos se posicionem antifascistas na internet, do que se calar”, afirma. “Não é necessário ler livros para se afirmar antifascista. Basta viver e compreender a realidade, a história está sendo escrita agora”.

GALERIA | PROTESTOS NOS EUA E NO BRASIL



Consuni aprova resolução sobre trabalho remoto

> Deliberação refletiu o amplo diálogo interno na comunidade universitária e no colegiado, mas não eliminou todas as dúvidas dos gestores sobre o lançamento dos códigos de frequência dos servidores



COORDENADOR do Grupo de Trabalho, o professor Fernando Rochinha apresentou a proposta

KELVIN MELO
kelvin@adufrrj.org.br

O Conselho Universitário aprovou na terça-feira (2) uma resolução sobre o trabalho dos servidores da UFRJ durante o período da pandemia. A medida, com 46 votos favoráveis e apenas um contrário, foi resultado de um amplo debate interno ao longo de semanas.

“O Consuni foi um evento extraordinariamente importante. A resolução resultou de um trabalho de ouvir, interpretar e dar forma aos desejos da comunidade”, afirmou a presidente da AdUFRJ, professora Eleonora Ziller. “Isso demonstrou a capacidade de a universidade ter um entendimento comum sobre sua diversidade, sobre sua especificidade”, completou.

A associação docente teve papel destacado na elaboração do texto final. Dialogou com a reitoria e com o Sintufrrj, mobilizou reuniões nas unidades e do Conselho de Representantes e participou do grupo de trabalho criado pela reitoria para discutir o tema. O protagonismo da AdUFRJ foi elogiado em um encontro virtual com mais de 30 diretores e decanos, após o Consuni. “Foi uma roda de conversa muito produtiva com nossa assessoria jurídica sobre o emaranhado de leis e portarias que hoje regem o trabalho remoto na universidade”, observou Eleonora.

A reunião com os diretores pós-Consuni não esgotou o assunto. Reitoria e grupo de trabalho passaram a tarde de terça e toda a quarta-feira pensando as orientações aos gestores de unidade para o lançamento dos códigos de frequência. Tarefa que deverá ser cumprida até

“O Consuni foi um evento extraordinariamente importante. A resolução resultou de um trabalho de ouvir, interpretar e dar forma aos desejos da comunidade”

ELEONORA ZILLER
Presidente da AdUFRJ

“A reitoria está se movendo com três objetivos: preservação do nosso corpo social, preservação da imagem da UFRJ e proteção dos CPFs dos dirigentes”

CARLOS FREDERICO LEÃO ROCHA
Vice-reitor

esta sexta (5) pelos departamentos de pessoal.

A dificuldade tem relação direta com as instruções normativas emitidas pelo Ministério da Economia durante a pandemia. O governo determina que os servidores em trabalho não presencial devem perder todos os adicionais ocupacionais e o auxílio-transporte.

INCERTEZAS CONTINUAM

Apesar do elevado grau de consenso alcançado no colegiado, nem todas as dúvidas foram eliminadas. Na véspera do prazo, os gestores manifestaram à reitoria diversas incertezas sobre a melhor forma de classificar as atividades, presenciais ou remotas, realizadas em cada local da universidade. “Estamos colocando dois casos

muito claros: trabalho remoto e presença normal. E existem as exceções, que devem ser tratadas como exceções. Essa é a nossa indicação”, disse o vice-reitor, professor Carlos Frederico Leão Rocha, na abertura de uma plenária de decanos e diretores realizada no dia 4. “Confiamos nas chefias imediatas, que vão saber fazer essa ponderação”, completou. “O Ministério da Economia emitiu algumas instruções normativas que devem reger o trabalho. A reitoria está se movendo com três objetivos: preservação do nosso corpo social, preservação da imagem da UFRJ e proteção dos CPFs dos dirigentes”, afirmou.

Pró-reitor de Planejamento e Finanças, o professor Eduardo Raupp reforçou: “A nossa interpretação não quer dizer que seja a interpretação. A resolução foi uma construção que fizemos com toda a universidade para proteção de nossos servidores”, afirmou. “Nossa administração tem trabalhado no limite da autonomia com sucesso”, concluiu, em referência a decisões tomadas sobre a realização de concursos e relacionadas às progressões dos docentes.

Decano do Centro de Tecnologia, o professor Walter Suemitsu resumiu a situação: “Estamos querendo resolver um problema político de forma administrativa. Não vamos conseguir”.

Muitos diretores solicitaram a extensão do prazo para o lançamento dos códigos, pois a resolução do Consuni só teria sido votada poucos dias antes. A administração central respondeu que não seria possível. A pró-reitoria de Pessoal organizou um plantão para responder às questões dos dirigentes e viabilizar os procedimentos relativos à folha salarial.

PRINCIPAIS TRECHOS DA RESOLUÇÃO



“A Universidade Federal do Rio de Janeiro (...) estabelece as seguintes normas laborais relativas ao trabalho dos(as) servidores(as)”

Parágrafo único. Para fins da adoção dos procedimentos relativos ao funcionamento das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, administrativas e assistenciais na UFRJ, considera-se:

- I – Atividades presenciais: (...)
- II – Atividades não presenciais, ou remotas: (...)

- A resolução 07/2020 é a primeira a adotar os cuidados com a questão de gênero nos textos deliberativos do Consuni
- O parágrafo único do primeiro artigo da resolução orienta os gestores como definir quem está em trabalho presencial ou remoto, sem detalhar, em respeito à diversidade da UFRJ.

“O(A) servidor(a) em atividade presencial, que se enquadrar em alguma das condições abaixo poderá, se assim o desejar e se houver viabilidade, executar suas atividades na forma não presencial:”

- A resolução preserva os servidores mais vulneráveis ao novo coronavírus de comparecer à universidade. A lista também incorporou sugestões do Conselho de Representantes da AdUFRJ, como autorizar a opção para aqueles que estão com dificuldades de acessar o local de trabalho.

Os(as) servidores(as) que desejarem gozar das prerrogativas que constam no § 1º deste Artigo, deverão comunicar sua decisão ao(à) gestor(a) da Instância Acadêmica ou Administrativa, juntamente com documento comprobatório, se couber, encaminhando sua decisão ao setor de pessoal, resguardado o direito de sigilo quanto às informações pessoais.

- A opção é um direito que depende do servidor. O gestor não pode influenciar a decisão. E as informações pessoais devem ficar em sigilo.

“Os(as) servidores(as) referidos no caput deste Artigo, serão considerados(as) em efetivo exercício de suas funções e orientados(as) e equipados(as) de forma a garantir as medidas de prevenção e redução da transmissibilidade da pandemia.”

- A resolução estabelece que os servidores em trabalho remoto, intermitente ou com jornada em horário flexível estão em efetivo exercício.

“Para os(as) servidores(as) em atividade presencial não haverá alterações nos registros de frequência e, para aqueles(as) em atividades não presenciais, os registros de frequência serão caracterizados de acordo com o Artigo 2º desta Resolução (...)”

- Este é considerado o ponto mais sensível da resolução, em função da pressão por corte de adicionais e auxílio-transporte dos servidores pelo governo.

“O planejamento e execução do trabalho remoto serão desenvolvidos pelos(as) servidores(as), tendo em vista os planos de trabalho cadastrados no Programa de Avaliação de Desempenho (AVADES) e a Resolução CONSUNI nº 08/2014”

- Nada de burocracia extra para os servidores durante a pandemia. A resolução responde, com a autonomia da UFRJ, às instruções normativas do governo que cobram planos de trabalho de todo o funcionalismo público em atividades remotas.

ADUFRJ NA QUARENTENA

CONSELHO DE REPRESENTANTES

DEBATE INFLUENCIOU CONSUNI

KELVIN MELO
kelvin@adufrrj.org.br

Realizado no dia 1º, o Conselho de Representantes da AdUFRJ elaborou duas importantes contribuições que foram incorporadas à resolução do Consuni sobre trabalho remoto. Os conselheiros ajudaram a ampliar a lista dos servidores da UFRJ que, durante a pandemia, poderão executar o trabalho de forma não presencial. Agora, todos aqueles encarregados do cuidado de pessoa que necessite de atenção especial, mesmo que não esteja contaminada ou com suspeita de Covid-19, podem comunicar a mudança do local de trabalho ao gestor da respectiva instância acadêmica ou administrativa. A versão preliminar do texto só previa a possibilidade para os servidores que morassem com quem estava infectado (ou com suspeita) pelo novo coronavírus. “Alguns docentes já levantaram a questão que nem todo mundo que cuida de outras pessoas coabitam com elas”,

observou Daniel de Augustinis, representante do campus Macaé, durante o conselho. E o docente ressaltou que esse suporte não necessariamente está relacionado com alguém que está doente ou com suspeita de Covid-19. “Pode ser alguém que tenha doença crônica”.

A comunicação de mudança para atividade remota também pode passar a ser feita por quem sofre restrição de acesso ao local de trabalho, em decorrência de barreiras sanitárias e decretos locais que restrinjam a circulação de meios de transportes. “Eu, por exemplo, moro em Teresópolis e a única viação que oferece o transporte para o Rio encerrou suas atividades desde o dia 16 de março”, afirmou o professor Rodrigo Bitzer, do Instituto de Química.

Presidente da AdUFRJ, a professora Eleonora Ziller avaliou o encontro de forma positiva: “Foi importante. Todas as nossas sugestões foram acolhidas pelo Consuni do dia seguinte”, disse. Eleonora destacou que o CR fez parte de um processo de unidade muito grande dentro da universidade para a



FOTOS: ADUFRJ

elaboração do texto final da resolução. E, para a presidente da AdUFRJ, o fato de o professor Fernando Rochinha participar do Conselho de Representantes ajudou este amplo diálogo – Rochinha foi o coordenador do Grupo de Trabalho do Consuni sobre a resolução.

Ainda durante o CR, Eleonora informou que o juiz de primeira instância rejeitou o pedido liminar da ação conjunta da AdUFRJ e do Sintufrrj contra eventuais cortes de adicionais e do auxílio-transporte dos servidores da UFRJ pelo governo. “Vamos fazer o recurso em se-

gunda instância”, disse.

RESOLUÇÃO DO CEPG

A decisão do CEPG que autorizou a oferta de disciplinas de pós-graduação em meio virtual também repercutiu no Conselho de Representantes. Foram muitas críticas ao texto. Professora da Faculdade de Educação, Cláudia Piccinini considerou “muito ruim” a deliberação: “Acho importante pensarmos essa resolução do CEPG”, afirmou. A docente também reivindicou que a universidade debata a utilização de plataformas virtuais públicas para o ensino

remoto.

Luciana Boiteux, da Faculdade Nacional de Direito, avaliou que a medida do CEPG violou a suspensão das atividades de aula pelo Conselho Universitário. “A ideia de universidade é rompida. Temos de anular essa resolução, que é ruim. Que não resolve os problemas, só cria mais”, disse. Rodrigo Almeida, do Instituto de Química, concordou com os colegas. “Essa me parece mais uma resolução que não ouviu a diversidade da universidade, feita às pressas”.

ESTÁGIO PROBATÓRIO

Representante do Instituto de Economia, o professor Alexis Saludjian chamou atenção para um número significativo de docentes em estágio probatório na sua unidade. Alexis manifestou preocupação com a situação do grupo para garantir a efetividade, durante a pandemia. A presidente da AdUFRJ, Eleonora Ziller, pretende chamar uma reunião, com apoio da assessoria jurídica, para tirar todas as dúvidas e tranquilizar os docentes que estejam nesta condição.

DEBATE DA QUARENTENA

UNIVERSIDADE EM TEMPOS DE PANDEMIA

KIM QUEIROZ
comunica@adufrrj.org.br

Impossibilitadas de seguir com aulas presenciais, as universidades federais não deixaram de cumprir com sua função social. Elas têm se desdobrado com ações de combate ao novo coronavírus, com destaque para pesquisas em todo o país. O tema foi debatido em painel organizado pela Associação de Docentes da Universidade Rural do Rio de Janeiro. A atividade, realizada em 2 de junho, contou com a participação da reitora da UFRJ, Denise

Pires de Carvalho. Mediada pela presidente da ADUR-RJ, Lúcia Sartorio, a live abriu o ciclo sobre Ensino, Ciência e Cultura como Protagonismo Social, que acontece todas as terças de junho.

“As universidades brasileiras federais conduzem pelo menos 823 pesquisas relacionadas ao coronavírus, 96 ações de produção de álcool e produtos sanitizantes, e 104 ações de produção de equipamentos de proteção individual”, listou a vice-presidente da SBPC, Fernanda Sobral, uma das convidadas do encontro virtual. Os dados

apresentados são de pesquisa realizada pela Andifes, com 46 instituições federais e reforçam o valor prático das universidades ao longo da pandemia.

A reitora Denise Pires de Carvalho salientou a relevância da diversidade cultural e de saberes na universidade. “A interação entre as diferentes áreas é o que garante o avanço”, afirmou. A professora fez uma crítica ao que chamou de “dimensão utilitária do saber” que, para ela, “deve ser renegada”, porque limita as realizações científicas. “Há um ciclo virtuoso entre a produção do conhecimento e

a sociedade, que depende das diferentes áreas atuando para que essa palavra ‘ciência’ seja exercida na sua plenitude”.

O professor Ricardo Berbara, reitor da UFRRJ, destacou o precarização do trabalho no setor público como aspecto que limita os avanços das instituições. “Não se pode esquecer o que se fez com o SUS até que a pandemia se iniciasse. O SUS estava em um processo de desmonte acelerado”, lembrou. Em sua avaliação, a crise fará a população buscar mais os serviços públicos, o que pode resgatar o protagonismo político do setor.

Presidente da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação (Anfope), Lucília Lino de Paula concordou que os serviços públicos têm sua importância reafirmada na crise. “As famílias, na ausência da escola, viram a necessidade da escola. Como se vê a importância da saúde pública, da educação pública e da previdência pública. O público é a solução”, completou.

Ainda assim, o futuro próximo preocupa os docentes. “As políticas não parecem convergir para o Plano Nacional de Educação”, sinalizou Malvina Tuttman, ex-reitora da UniRio. Um dos riscos, segundo a professora, é a “desqualificação do trabalho pedagógico” como consequência do cenário atual.



SEXTA, 15 DE MAIO, 17H30 PELO ZOOM

TAM SEX TOU JUNTO

PUXADOR DE CONVERSA: LIV SOVIK
TEMA: PUBLICIDADE E POLÍTICA, CASOS DO NOTICIÁRIO

AdUFRJ



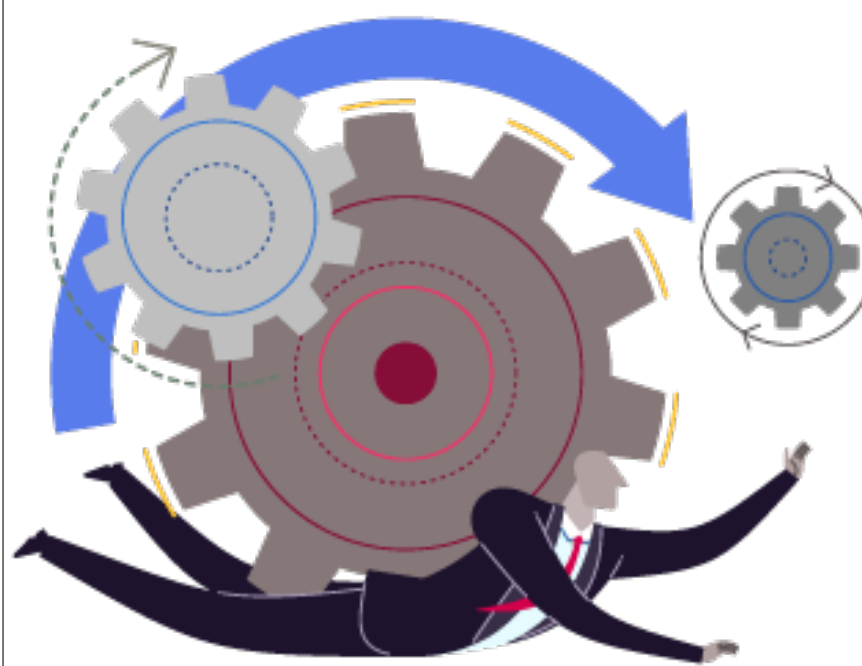
Governo impõe mudança drástica na administração da UFRJ

KELVIN MELO
kelvin@adufjr.org.br

A UFRJ corre contra o tempo para impedir um “apagão” de suas compras no dia 1º de julho. A situação representaria uma tragédia para a instituição, que está na linha de frente contra o novo coronavírus. O motivo é uma portaria do Ministério da Economia que impõe a redução das chamadas unidades administrativas de serviços gerais, ou UASG, em todo o serviço público federal.

A universidade possui 59 destas UASG, que cuidam das aquisições mais diversas, como o suprimento de papel ou máscaras para os profissionais de saúde. Elas estão espalhadas por unidades acadêmicas e hospitalares, decanias e campi avançados. Pela norma da Economia, é preciso que a UFRJ reduza o número para 30 até a metade deste ano. Para 24, até 31 de março de 2021. E tenha apenas 19 em 31 de março de 2022. Se a portaria nº 13.623, de dezembro do ano passado, não for cumprida, há o risco de que o próprio governo realize a supressão. “De cima para baixo”, informou a reitoria em uma plenária virtual de decanos e diretores realizada no dia 26.

Nem mesmo a pandemia foi argumento capaz de sensibilizar os representantes da pasta a ampliar o prazo de implantação das mudanças, de acordo com o pró-reitor de Planejamento e Finanças, professor Eduardo



Raupp. Além de solicitações diretas da UFRJ, a associação dos reitores (Andifes) enviou um ofício no dia 26 de maio. “De forma geral, a fusão das UASGs pressupõe, além de uma série de ações administrativas, mudanças organizacionais, estruturais e políticas. Em alguns casos, inclusive, serão necessárias alterações estatutárias e/ou regimentais nas instituições”, diz um trecho do documento. Os reitores observam ser necessário um processo de inventário, “impossível de se realizar no momento de suspensão de atividades presenciais, pois pressupõe a inspeção física de bens”. O governo ainda não respondeu.

Enquanto não há um retorno positivo da Economia, a UFRJ faz o debate interno: “Nossa ideia foi apresentar uma proposta inicial, seguindo a portaria, e fazer a discussão para

encaminhar o melhor possível. Em paralelo, tentamos adiar este prazo. Fizemos articulações via Andifes, mas o ministério tem sido insensível”, disse o pró-reitor.

Raupp considera que a UFRJ tem um excesso de unidades de compras, mas o método e o cronograma estabelecidos pelo governo, sem debate com as universidades, não devem levar a soluções ideais. “Temos um grau de descentralização que precisaria ser revisto, mas não dessa forma”, criticou. Outro efeito da mudança é que, com menos UASG, haverá menos possibilidades de dispensa de licitação. A lei limita compras rápidas e de menor valor por cada unidade.

A proposta da reitoria está balizada pela análise do plano anual de contratações e identificação de compras comuns. E

seguiu alguns critérios, como preservar, na etapa de corte deste ano, ao menos duas unidades administrativas de compras por cada Centro. “Nessa transição, achamos arriscado se cada centro ficasse com apenas uma”.

Na terceira rodada da redução, em 2022, restariam as seis decanias, do Fórum, do Museu Nacional, da administração central, da prefeitura universitária, dos campi de Macaé e Duque de Caxias, da Faculdade de Medicina, do Instituto de Biofísica, e de mais cinco unidades hospitalares: INDC, IPUB, Maternidade, IPPMG e HUCFF. “Mesmo com a redução, não há qualquer interferência na estrutura da universidade ou na constituição das atuais unidades”, enfatizou o pró-reitor. Como já ocorre hoje, algumas unidades farão a execução do orçamento de outras.

Uma semana após a apresentação à plenária, o pró-reitor informou à reportagem que, em função de dificuldades operacionais junto ao Fundo Nacional de Saúde, as unidades de compra do Instituto de Ginecologia, do Instituto de Atenção à Saúde São Francisco de Assis (antigo Hesfa) e do Instituto de Doenças do Tórax devem ser preservadas. “A ideia é manter o plano e requerer exceção para os hospitais justificada pelas dificuldades colocadas pelo Fundo Nacional de Saúde. Ou seja, na prática, pediríamos para ficar com três a mais do que a portaria solicita”.

Diretora da Escola Politécni-

ca, a professora Cláudia Morgado disse que a mudança vai exigir muito profissionalismo, transparência e governança da universidade. A docente observou que a proposta da reitoria pode sobrecarregar as decanias. “Que não são preparadas para isso”. “A sensação é de mais um ataque. Só vejo enfraquecimento das universidades nesses pedidos (do governo)”, criticou o diretor da Coppe, professor Romildo Toledo.

Decana do CCMN, a professora Cássia Turci concorda que a UFRJ precisava fazer uma reavaliação de suas unidades de compra. Também preferia que o debate tivesse mais tempo. “É uma mudança estrutural muito grande”, observou. A professora demonstrou especial preocupação com a situação dos servidores e almoxarifados das UASG que forem desativadas. Mas elogiou a apresentação da reitoria. “O decano tem que conhecer bem suas unidades. É até lógico esse processo de concentrar na decania”, disse.

No calendário apresentado pela administração central, o Conselho Superior de Coordenação Executiva deve aprovar uma resolução da UFRJ no dia 16 de junho, após discussão nas unidades. O documento será remetido para o Ministério da Economia no dia seguinte, que fará a análise até 30 de junho. Em 1º de julho, será criado um grupo de trabalho pela reitoria para apoiar as unidades nas diferentes etapas de corte e reestruturar aquelas que forem mantidas.

SBPC PREPARA MARCHA PELA VIDA DIA 9

LIZ MOTA ALMEIDA
comunica@adufjr.org.br

“Há uma relação íntima entre a defesa da vida, da democracia, da Ciência, da universidade, do meio-ambiente e do SUS”. Essa é a premissa da Marcha Virtual pela Vida que ocorrerá no dia 9 de junho, explicou o presidente da Andifes e reitor da Universidade Federal da Bahia (UFBA) João Carlos Salles. A atividade é organizada por um frente que reúne nove entidades de diversos setores da sociedade civil.

A programação da Marcha Virtual pela Vida prevê transmissões ao vivo pelas redes sociais ao longo do dia, incluindo debates e um tuitaço com a hashtag #MarchaPelaVida às 12h. Assim como na Marcha Virtual pela Ciência, será utilizado o aplicativo Maniff.app para uma manifestação virtual em Brasília.

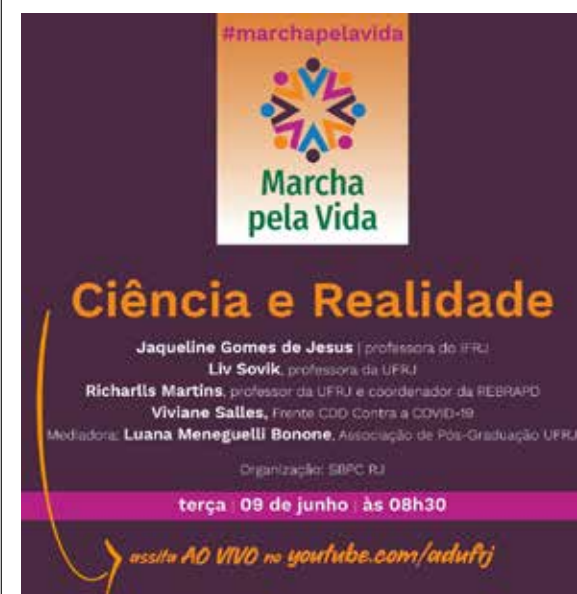
O aplicativo francês permite que os participantes usem avatares e escrevam palavras de ordem em tempo real, manifestando sua opinião sem precisar ferir o isolamento social. Dessa vez, o Maniff.app ajudará a levar ao Congresso Nacional um documento, com depoimentos de pessoas e entidades nacionais, sobre a questão da vida.

“Esperamos que milhares de avatares, com suas palavras de ordem, se somem ao manifesto que acontecerá às 16h”, afirmou o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e um dos idealizadores da Marcha, Ildeu Moreira. Ele acredita que o principal objetivo da Marcha Virtual pela Vida é conscientizar a população sobre as questões gravíssimas em torno da preservação da vida hoje no país. Dessa maneira, foi lançado um manifesto com os seis pilares principais do movimento,

entre eles o direito à vida como bem mais relevante e inalienável da pessoa humana, a cobrança por medidas de prevenção e controle no enfrentamento da pandemia da Covid-19, a defesa do Sistema Único de Saúde - SUS e o respeito à democracia e à Constituição, que garantem condições dignas de vida para todos os brasileiros.

Ildeu Moreira chamou atenção para esses pilares que, muitas vezes, são negados pela sociedade brasileira. “No momento que a gente vive, de exploração econômica muito intensa, a vida das pessoas passa a ser algo secundário”, explicou. “Evidentemente, iremos registrar nosso pesar pelas milhares de vidas perdidas na pandemia”, completou. O reitor João Carlos Salles reiterou que o ponto fundamental da Marcha é a defesa da vida. “A vida é condição, e não algo a ser precificado. Ela não entra no cálculo, ela

é condição do cálculo e, portanto, é prioridade de todas as ações da sociedade”.



CANAL DA AdUFRJ no Youtube transmite atividade

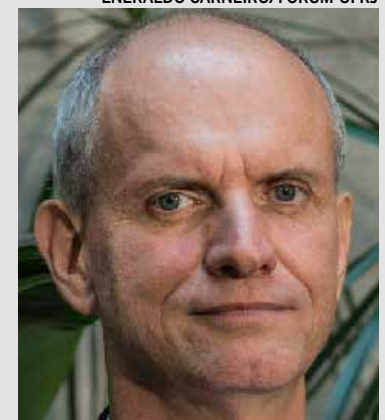
CIÊNCIA E CULTURA HÁ 202 ANOS

O Museu Nacional completa 202 anos olhando para o futuro. A instituição reúne ciência, arte, história e vida em atividades de ensino, pesquisa e extensão há dois séculos. Faz e divulga ciência para públicos de todas as idades. O incêndio de 2018 transformou o Museu em Fênix, que renasce das cinzas e se reinventa para dar conta dos novos tempos. Para marcar o aniversário de uma das mais importantes unidades da UFRJ, em 6 de junho, convidamos o diretor Alexander Kellner para contar, em artigo emocionante, sobre as ações e etapas que envolvem o processo de reconstrução do espaço físico. Este ano, a pandemia não permite festa, mas, a despeito de todas as dificuldades, as notícias são boas e devem ser celebradas. O Museu Nacional vive!

Artigo

ALEXANDER KELLNER
Diretor do Museu Nacional

ENERALDO CARNEIRO/FORUM-UFRJ



MUSEU NACIONAL/UFJR - 202 ANOS!

O Museu Nacional/UFJR está comemorando 202 anos de existência. Para quem militou na instituição científica mais antiga do país por praticamente toda a carreira e fez dela a sua segunda casa, essa não é uma data fácil. Não apenas pela tragédia, que no próximo dia 02 de setembro completará dois anos, ainda estar muito perto, mas, sobretudo, pelo fato de muitos dos técnicos, professores e alunos ainda não terem um local que possa oferecer condições mínimas de trabalho. Estamos amontoados, compartilhando salas com colegas - que já não tinham muito espaço - que se ofereceram de maneira solidária para abrigar aqueles que tudo perderam. Também cabe a lembrança da difícil situação dos nossos cursos de pós-graduação, em especial o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), que foram particularmente prejudicados, correndo, inclusive, o risco de perderem os bons conceitos no sistema de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (CAPES). Para complicar ainda mais, vivemos essa situação delicada da pandemia que tomou o mundo inteiro como refém.

Como não poderia deixar de ser, estamos atentos às informações das autoridades sanitárias e seguindo as instruções da Reitoria, de isolamento social. Aliás, cabe aqui um importante reconhecimento que várias unidades da universidade, dentro de sua capacidade e possibilidade, têm procurado mitigar os efeitos negativos da COVID-19, visando não apenas o corpo social universitário, mas também a sociedade como um todo. Todos estão de parabéns e nos enchem de orgulho de fazer parte da UFRJ! Mesmo diante das incontestáveis



FRENTE DO MUSEU Nacional/UFJR, com o teto provisório

dificuldades, trago informações com excelentes perspectivas para o Museu Nacional! Início com a mais importante: os projetos, tão necessários para a reconstrução, estão em curso. O maior deles, apesar de um atraso considerável, é o dos telhados e da fachada. Existe a expectativa de iniciar as obras ainda este ano, partindo do princípio que a licitação possa ser realizada. O financiamento será feito pela ALERJ, que se comprometeu com 20 milhões para as obras.

Outra linha de frente que temos atuado é o Campus de Pesquisa e Ensino do Museu Nacional/UFJR. Essa foi a designação recentemente aprovada pela Egrégia Congregação do Museu para denominar o terreno que foi cedido pela Secretaria do Patrimônio da União. Foram várias reuniões até sair a documentação necessária para as obras de cercamento e de infraestrutura. Iniciadas ainda no final do ano passado, tiveram que parar por causa da pandemia. Segundo os responsáveis, existe uma perspectiva de recomeço tão logo que as condições sanitárias sejam favoráveis.

Também estão prosseguindo os projetos da elaboração de estruturas laborato-

rias para a parte acadêmica no campus, dos termos de referência relativos a diversos projetos diretamente relacionados ao palácio. Estes incluem ações desde a renovação do site até a contratação de empresas para a elaboração dos projetos arquitetônicos e museográficos. Por falar nas novas exposições, temos a perspectiva de implementar alguma ação ainda neste ano, com uma mostra a céu aberto nos arredores do Palácio. A ideia é procurar realizar ações para as escolas, procurando voltar, mesmo que em pequena escala, às nossas ações educativas.

Além de todas essas ações, um outro motivo para otimismo, além do comprometimento da UFRJ, são as parcerias realizadas com outros atores que se aproximaram da instituição no intuito de ajudar na sua reconstrução. Entre as diversas que realizaram ações concretas está a UNESCO. Juntamente com técnicos da Alemanha, essa instituição foi a primeira a fornecer ajuda e continua firmemente imbuída no seu propósito de estar do lado do Museu Nacional e da UFRJ até recuperação definitiva da instituição.

Também destacamos o Governo Alemão que, através de suas agências e institutos

como o Instituto Goethe, tem liderado ações internacionais que culminaram em uma carta aberta onde 26 museus e instituições científicas alemãs se comprometeram ajudar na recuperação do Museu, inclusive, com a possível doação de exemplares originais. Cabe frisar que a recomposição das coleções é o maior desafio a ser enfrentado. Dentro desse tema, várias instituições nacionais e internacionais se comprometeram em doar exemplares para o Museu, como a Sociedade Brasileira de Zoologia e o Universalmuseum Joanneum da cidade de Graz, Áustria, para citar alguns. Este último doou 197 objetos etnográficos de populações indígenas, algo que nos é muito caro. O Museu, assim que receber esse material, fará contato com representantes das respectivas nações indígenas para decidir, em parceria, qual a forma mais apropriada de lidar com esses objetos culturais nas novas exposições.

Entre os apoiadores também contamos com a Fundação Vale, que se comprometeu não apenas em aportar R\$ 50 milhões para o projeto Museu Nacional Vive, mas também em auxiliar na geração, trazendo toda sua experiência em projetos culturais. Ainda temos o apoio do BNDES, que, entre outros, está liderando o comitê de sustentabilidade do Museu após a sua inauguração. Certamente, os fundos patrimoniais serão objetos de muita discussão.

Por último, destaco o importante apoio da Fundação Universitária José Bonifácio, da Fundação COPPETEC e da Associação Amigos do Museu Nacional (SAMN), parceiros essenciais nesse projeto de reconstrução. Certamente outros parceiros - instituições científicas nacionais e do exterior, empresários e representantes da sociedade civil - se juntarão nesse esforço coletivo. Como dizemos, temos cada vez mais convicção, especialmente nos dias de hoje, que o Brasil precisa do Museu Nacional/UFJR!